

Jean Carlos Dias

Teorias Contemporâneas do Direito e da Justiça

2019

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

D541t Dias, Jean Carlos.

Teorias contemporâneas do direito e da justiça / Jean Carlos Dias – Salvador:
Editora JusPodivm, 2018.
192 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2433-5.

1. Teorias Contemporâneas do Direito. 2. Fenômenos Jurídicos Contemporâneos.
I. Dias, Jean Carlos. II. Título.

11 36355

CDD 341.27

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Capítulo 1

A CRÍTICA COMUNITÁRIA À TEORIA DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS: O INDIVIDUALISMO.....	17
1.1. INTRODUÇÃO.....	17
1.2. O INDIVÍDUO NA TEORIA DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE.....	20
1.3. AS PRETENSÕES INDIVIDUAIS DE MERECIMENTO.....	27
1.4. CONCLUSÃO.....	33
Referências	37

Capítulo 2

A REFORMULAÇÃO DA ESTABILIDADE NA TEORIA DE JOHN RAWLS: UMA PROPOSTA DE JUSTIÇA POLÍTICA	39
2.1. INTRODUÇÃO.....	39
2.2. ESTABILIDADE DA CONCEPÇÃO DE JUSTIÇA EM "UMA TEORIA DA JUSTIÇA"	40
2.3. UMA MUDANÇA DE DIREÇÃO. O CONSENSO SOBREPOSTO EM "O LIBERALISMO POLÍTICO"	49
2.4. A FUNDAMENTAÇÃO PARA A REFORMULAÇÃO DA QUESTÃO DA ESTABILIDADE.....	56
2.5. CONCLUSÃO.....	60
Referências	62

Capítulo 3

ANÁLISE CRÍTICA DA RESPOSTA CORRETA EM RONALD DWORKIN.....	63
3.1. INTRODUÇÃO.....	63

3.2. A IMPOSSIBILIDADE DE RESPOSTAS CERTAS NOS CASOS DIFÍCEIS	64
3.2.1. O argumento da prescindibilidade de Neil MacCormick.....	64
3.2.2. O ceticismo interpretativo de Richard Posner	67
3.3. CONTEXTUALIZANDO O ARGUMENTO DA PRESCINDIBILIDADE DE MACCORMICK NO ÂMBITO DO PENSAMENTO DE DWORKIN	69
3.4. O CETICISMO INTERPRETATIVO DE POSNER E O PENSAMENTO DE DWORKIN.....	73
3.5. CONCLUSÃO.....	81
Referências	83

Capítulo 4

REFUTAÇÕES ÀS CRÍTICAS À TESE DA RESPOSTA CERTA A PARTIR DA ABORDAGEM SISTEMÁTICA DO PENSAMENTO DWORKINIANO	85
4.1. INTRODUÇÃO.....	85
4.2. A CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS DIFÍCEIS E EXIGÊNCIAS INTERPRETATIVAS	86
4.3. PRÁTICA INTERPRETATIVA E RESPOSTA CERTA EM CASOS DIFÍCEIS	94
4.4. CONCLUSÃO.....	104
Referências	106

Capítulo 5

DIREITO E MORAL NA ABORDAGEM JUSNATURAL DE JOHN FINNIS	107
5.1. APRESENTAÇÃO	107
5.2. DIREITO NATURAL E RAZÃO.....	109
5.3. O JUSNATURALISMO DE FINNIS COMO UMA REFUTAÇÃO À TESE POSITIVISTA.....	111
5.4. A ESTRUTURA E COMPLEMENTARIEDADE DOS ASPECTOS DA TEORIA.....	113
5.4.1. O aspecto valorativo.....	114
5.4.2. O aspecto metodológico	120

5.5. OS JUÍZOS MORAIS E A LEI POSITIVADA.....	123
5.6. CONCLUSÕES?	125
Referências	127

Capítulo 6

A IDEIA DE AUTORIDADE NO POSITIVISMO EXCLUSIVO DE JOSEPH RAZ..... 129

6.1. INTRODUÇÃO.....	129
6.2. RAZÕES E NORMAS	131
6.3. O SISTEMA NORMATIVO INSTITUCIONAL	134
6.4. RECONHECIMENTO E SISTEMAS JURÍDICOS	136
6.5. AS RELAÇÕES INTERNAS.....	138
6.6. VALIDADE.....	140
6.7. AUTORIDADE.....	141
6.8. CONCLUSÃO.....	147
Referências	148

Capítulo 7

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: A ABORDAGEM PRAGMÁTICA DE RICHARD POSNER 151

7.1. O CONTEXTO TEÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	151
7.2. O DIREITO E A ANÁLISE ECONÔMICA.....	157
7.3. POSNER: DA NEGAÇÃO UTILITÁRIA AO PRAGMATISMO RENOVADO	162
7.4. CONCLUSÃO.....	167
Referências	167

Capítulo 8

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: CRIME E DESIGUALDADE..... 169

8.1. INTRODUÇÃO.....	169
----------------------	-----

8.2. CONSTRUINDO O CENÁRIO FACTUAL: O COEFICIENTE DE GINI NO BRASIL, A SISTEMÁTICA REDUÇÃO DE DESIGUALDADE DE RENDA E O INVERSO INCREMENTO DA TAXA DE CRIMES VIOLENTOS.....	171
8.3. CRIME E SANÇÃO VISTOS SOB A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	175
8.4. A PROBABILIDADE DE APLICAÇÃO DA PENA NO BRASIL É ALTA?	183
8.5. CONCLUSÃO.....	185
Referências Bibliográficas.....	187